



Relatório 15¹:

Relatório de acompanhamento da PEC 32

13 de maio de 2021

¹ Este relatório foi elaborado pela Subseção do DIEESE na CONDSEF/FENADSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) para subsidiar as discussões da Direção Executiva e suas entidades filiadas em relação aos trâmites da PEC 32.

1 – Modificações em relação ao relatório anterior (relatório 14)

O relatório de hoje traz as seguintes informações adicionais em relação ao relatório anterior:

- No “item 2 – Informações sobre a PEC 32” – Já que foram relatadas 8 (oito) novas informações, dentre elas, relativa ao fato de que o relator votou pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020, com duas emendas saneadoras.
- No “item 4 – tramitação detalhada” – tramitações do dia 11/5.
- No “item 6 – Enquete da PEC 32), pois são apresentados os dados atualizados (até 13 de maio) da enquete relativa à PEC 32.
- No “item 8 – Agenda do dia de hoje, pois são apresentadas as atividades agendadas atualizadas (13 de maio).

2 – Informações sobre a PEC 32

Informação 01 – **CCJ se reúne nesta quinta-feira para análise de parecer sobre a reforma administrativa**

Deputados vão discutir admissibilidade da proposta

13/05/2021 - 00:05

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados se reúne nesta quinta-feira (13), às 9 horas, para análise da reforma administrativa ([PEC 32/20](#)). Durante a reunião, o relator da proposta, deputado [Darci de Matos \(PSD-SC\)](#), vai apresentar parecer pela admissibilidade, com emendas supressivas saneadoras.

Em seguida, os deputados poderão discutir e votar a matéria. A CCJ não avalia o mérito da proposta, e sim aspectos técnicos (admissibilidade), como, por exemplo, se o texto está de acordo com a Constituição Federal. Depois de passar pelo colegiado, a reforma ainda precisará ser analisada por uma comissão especial e, em dois turnos, pelo Plenário.

- [Saiba mais sobre a tramitação de propostas de emenda à Constituição](#)

A reforma administrativa foi enviada pelo governo ao Congresso e altera regras no serviço público federal. A proposta restringe a estabilidade no serviço público e cria cinco tipos de vínculos com o Estado. As mudanças valerão para os novos servidores.

O texto estabelece que leis complementares tratarão de temas como política de remuneração, ocupação de cargos de liderança e assessoramento, progressão e promoção funcionais e definição das chamadas “carreiras típicas de Estado”.

- [Conheça detalhes da proposta](#)

A reunião da CCJ ocorrerá no plenário 1. A comissão tem promovido diversas audiências sobre o tema.

Da Redação - Edição – Pierre Triboli

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/758643-ccj-se-reune-nesta-quinta-feira-para-analise-de>)

Informação 02 – Reforma administrativa: texto do relator está na pauta desta quinta na CCJ

Câmara pauta o polêmico projeto do governo na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, sob relatoria do deputado Darci de Matos (PSD-SC)

Ronayre Nunes - postado em 12/05/2021 23:04 / atualizado em 12/05/2021 23:06

A reforma administrativa dará importante passo nesta quinta-feira (13/5) no caminho até a promulgação. A Câmara conseguiu pautar o projeto da reforma na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) já para amanhã.

Segundo [a própria agenda da Câmara dos Deputados](#), a discussão e votação da PEC 32 começará a partir das 9h.

Sendo uma das principais comissões da Câmara, a CCJ analisa todo e qualquer aspecto jurídico que tramita na Casa — em ordem constitucional, legal, jurídica, regimental e técnica legislativa dos projetos. A importância da reforma administrativa na CCJ ocorre por conta do peso de validação da comissão, que estrategicamente pode dar ritmo, ou interromper o andamento de projetos no legislativo.

Pelas redes sociais, o deputado distrital Professor Israel (PV-DF) declarou surpresa com o agendamento:

Parecer favorável

O relator da reforma administrativa na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) na Câmara dos Deputados, deputado Darci de Matos (PSD-SC), protocolou ainda na terça (11/5) o relatório com o seu parecer sobre o projeto. Ele votou pela admissibilidade da proposta, com exceção de dois trechos do texto. O primeiro diz respeito ao exercício de atividades remuneradas por servidores públicos.

O texto apresentado pelo governo veda a realização de qualquer outra atividade remunerada por servidores que ocupam cargos típicos de Estado. Esses cargos são ligados, por exemplo, à fiscalização, regulação, inteligência de Estado, arrecadação, segurança pública, entre outros. A limitação existiria mesmo para aqueles servidores que estão no período do vínculo de experiência. Para o relator, a proibição é inconstitucional, mas deve ser debatida.

Estabilidade

Sobre a estabilidade de servidores, o deputado segue a mesma linha do governo ao dizer que os atuais servidores não serão afetados. Ela continua, segundo ele, para as carreiras típicas de Estado. “A estabilidade continua para as carreiras típicas, como aqueles que têm poder de polícia.

Isso vai ser definido em projeto de lei depois. Todos os demais não terão estabilidade, mas terão mecanismo que os protege de perseguição política”, assegurou.

Informação 03 – **Relator votou pela admissibilidade da Proposta de Emenda**

O relator votou pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020, **com as duas emendas saneadoras abaixo:**

EMENDA SUPRESSIVA Nº 01

Suprima-se a expressão "a realização de qualquer outra atividade remunerada, inclusive", do inciso XVI, do art. 37, constante no art. 1º da PEC nº 32, de 2020

EMENDA SUPRESSIVA Nº 02

Suprima-se a alínea “d”, do inciso VI, do art. 84, constante no art. 1º da PEC nº 32, de 2020.

Segue abaixo o link do relatório completo:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2009387

Informação 04 – **Relatório da reforma administrativa será lido hoje, 13 de maio**

Autor: Vera Batista

Relatório da reforma administrativa será lido hoje, 13 de maio

Publicado em 12/05/2021 - 21:43 Vera Batista

O relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 32/2020), deputado Darci de Matos (PSD-SC), confirmou que a leitura do relatório na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) está na pauta desta quinta-feira

De acordo com o parlamentar, a reforma vai modernizar o serviço público, sem retirar direitos dos atuais servidores federais, com economia de R\$ 300 bilhões, em 10 anos. O texto foi protocolado na segunda-feira, após uma audiência pública, com a participação do ministro da Economia, Paulo Guedes. “Parece, mas não foi rápido, não. Estamos com o texto enviado pelo governo a meses. E fizemos sete audiência. Na reforma da Previdência, por exemplo, foram apenas três”, justificou o deputado.

Ele fez algumas alterações no texto original. Uma delas foi a retirada do poder do presidente da República de extinguir, fundir ou transformar órgãos por decreto. Também acrescentou a permissão para que servidores de cargos típicos de Estado desempenhe outras atividades remuneradas, algo que é vedado no texto original da reforma administrativa.

Fonte: <https://blogs.correiobraziliense.com.br/servidor/relatorio-da-reforma-administrativa-sera-lido-amanha-13-de-maio/>

Informação 05 – Servidores querem Guedes fora do Ministério da Economia

Autor: Vera Batista

Servidores querem Guedes fora do Ministério da Economia

Publicado em 12/05/2021 - 20:33 Vera Batista

O ministro da Economia, Paulo Guedes, já balançou no cargo por várias vezes, vítima de boatos de que seria substituído na pasta. Resistiu a todas. Mas, agora, ex-apoiadores do presidente Jair Bolsonaro, que votaram em massa no projeto neoliberal, se afastaram, a exemplo dos policiais federais. E o eco de insatisfação se espalhou pelas carreiras de Estado e pelo carreirão. O funcionalismo pede a cabeça do ministro após as ofensas feitas por ele na CCJ, que comparou servidores a militantes políticos

Em nota, a Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef) é clara: “Pedimos ao ministro que, caso deseje continuar no Governo, no comando dessa importante Pasta, utilize menos adjetivos contra o servidor brasileiro e realize mais feitos que beneficiem verdadeiramente os brasileiros, podendo começar pela redução dos preços do gás de cozinha, do combustível, da energia elétrica e do dólar. Enfim, mais propostas. Reformar deve significar modernizar, melhorar, consertar. No momento, a ação mais sólida defendida pelo ministro Guedes, infelizmente, é atacar”

O presidente do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado, sem meias-palavras, condena a fala de Guedes na CCJ e exige que ele se retrate. Entre outros alertas, destaca: “Nós temos sim que fazer uma avaliação de desempenho séria, no Brasil. Mas uma avaliação que considere, por exemplo, o trabalho de ministro de Estado, como o ministro Paulo Guedes, que até agora não entregou absolutamente do que o país espera em termos de retomada de crescimento econômico. O Brasil precisa na verdade de um ministro da Economia sério e competente e não do senhor Paulo Guedes na titularidade da pasta”.

Para a Condsef/Fenadsef a participação do ministro da Economia, Paulo Guedes, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, na terça-feira (11), para falar da reforma administrativa (PEC 32/20) demonstrou mais uma vez seu total desconhecimento do papel dos servidores e serviços públicos no Brasil. Além de distorcer pontos fundamentais do texto da proposta com mentiras, como reafirmar que atuais servidores não serão atingidos, Guedes comparou servidores a militantes políticos que trabalhariam para governos que abrem concursos públicos.

“Que olhar equivocado é esse que o ministro tem dos servidores públicos?”, questionou o secretário-geral da Confederação que representa a maioria do Executivo federal, Sérgio Ronaldo da Silva. “Concursos evitam justamente o retorno a um passado onde o Estado era tomado por apadrinhados políticos. Ele precisa parar de encontrar adjetivos para justificar o injustificável. Nenhum cidadão vai realizar concurso para fazer militância. Respeite os servidores que tem responsabilidade e trabalham a serviço do Brasil e dos brasileiros”, destacou.

Vladimir Nepomuceno, assessor e consultor de entidades sindicais e sócio da Insight Assessoria Parlamentar, destaca que o ideal seria substituir toda a equipe do governo Bolsonaro. Propor, apenas, a saída do ministro da Economia não resolve. “Serviria apenas para aliviar momentaneamente o sentimento de revolta dos atingidos pelos impropérios do ministro. Seria o mesmo que retirar apenas uma serpente de um serpentário. A única solução seria a saída de todo o

governo atual”, destaca. Ele lembra que não adiantaram as sucessivas trocas no cargo de ministro da Educação, por exemplo.

“Não melhorou em nada a política educacional, de investimentos ou de manutenção da educação no Brasil, seguindo desde janeiro de 2019 até hoje o processo de desmonte da educação brasileira em todos os níveis. Uma outra coisa a lembrar é que o atual ministro da Economia é o principal representante dos neoliberais no loteamento do governo. Se ele sair, os que o lá colocaram indicarão outro que pode até não agredir ou ofender servidores, mas certamente seguirá com a política de desmonte e privatização do serviço público”. O relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 32/2020), deputado Darci de Matos

Fonte: <https://blogs.correiobraziliense.com.br/servidor/servidores-querem-guedes-fora-do-ministerio-da-economia/>

Informação 06 – Reforma administrativa é protocolada na CCJ, com análise de servidores

Apesar de ampliar poderes do presidente sobre cargos públicos, proposta pretende limitar a ingerência em autarquias independentes, como o Banco Central e Universidades

Leia mais em: <https://veja.abril.com.br/economia/reforma-administrativa-e-protocolada-na-ccj-com-analise-de-servidores/> (para assinantes)

Informação 07 – Reforma administrativa: "Alguns têm 20 carros", diz Guedes sobre servidores

Em audiência na Câmara para discutir a proposta que muda regras na administração federal, chefe da equipe econômica provoca funcionários públicos. Afirma que muitos são "militantes" e que alguns "têm 20 carros". Em resposta, é chamado de "ministro da morte"

Vera Batista

A esperada audiência do ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre a reforma administrativa na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), da Câmara dos Deputados, frustrou parlamentares e servidores. Ele ficou mais de três horas e meia falando sobre o desempenho de governos anteriores, sobre pontos já conhecidos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 32/2020) e voltou a criticar o funcionalismo ao dizer que “servidores são militantes” e alguns têm “20 carros”. Mas não respondeu perguntas sobre assuntos como a denúncia, feita pelo jornal O Estado de S. Paulo, de um esquema secreto de liberação de verbas para atender interesses de parlamentares aliados.

Guedes ainda provocou o parlamento ao declarar que cabe ao Congresso acabar com os supersalários (se votar o Projeto de Lei nº 6.726/2016). A audiência terminou em bate-boca entre a oposição e a presidente da CCJ, deputada Bia Kicis (PSL-DF). Ela encerrou a sessão, impedindo que parlamentares inscritos fizessem mais perguntas ao ministro. O deputado Zeca Dirceu (PT-PR) afirmou que “não adianta oferecer trator, cargos, regalias”. “Não vamos permitir que uma PEC inconstitucional avance”, acrescentou. Ao mencionar a atuação do governo durante a pandemia do coronavírus, o deputado Paulo Teixeira (PT-SP), disse que Guedes é “o ministro da morte”. “Está com medo de ouvir os congressistas”, ironizou.

Na avaliação de Guedes, a proposta do governo é moderada, não vai afetar os atuais servidores e seus direitos e é fruto de amplo debate. “Calibramos e moderamos, conversando com

parlamentares, trocando ideias, recebendo críticas. Temos um grande desafio de transformação do Estado brasileiro. A PEC 32 busca a meritocracia. O que queremos é um Brasil que não fabrique desigualdades”, disse ele. E defendeu a separação entre política e economia. “A política cria mentiras. Uma hora um político é bom, outra hora é um genocida. Nós precisamos de respeito. Quanto mais influência política o equipamento econômico tiver, maior o desafio da corrupção”, assinalou.

No último bloco de respostas, Guedes prometeu enviar ao Congresso os cálculos e premissas que amparam a PEC 32. Esse é um pedido que vem sendo feito pelos servidores desde o ano passado. Lideranças do funcionalismo afirmam que vários pontos do texto não se sustentam e devem ser derrubados. “Podemos mandar os cálculos do Instituto de Política Econômica Aplicada (Ipea). Estamos digitalizando e reduzindo o salário de entrada. Nenhum servidor público sofrerá perdas”, afirmou o ministro.

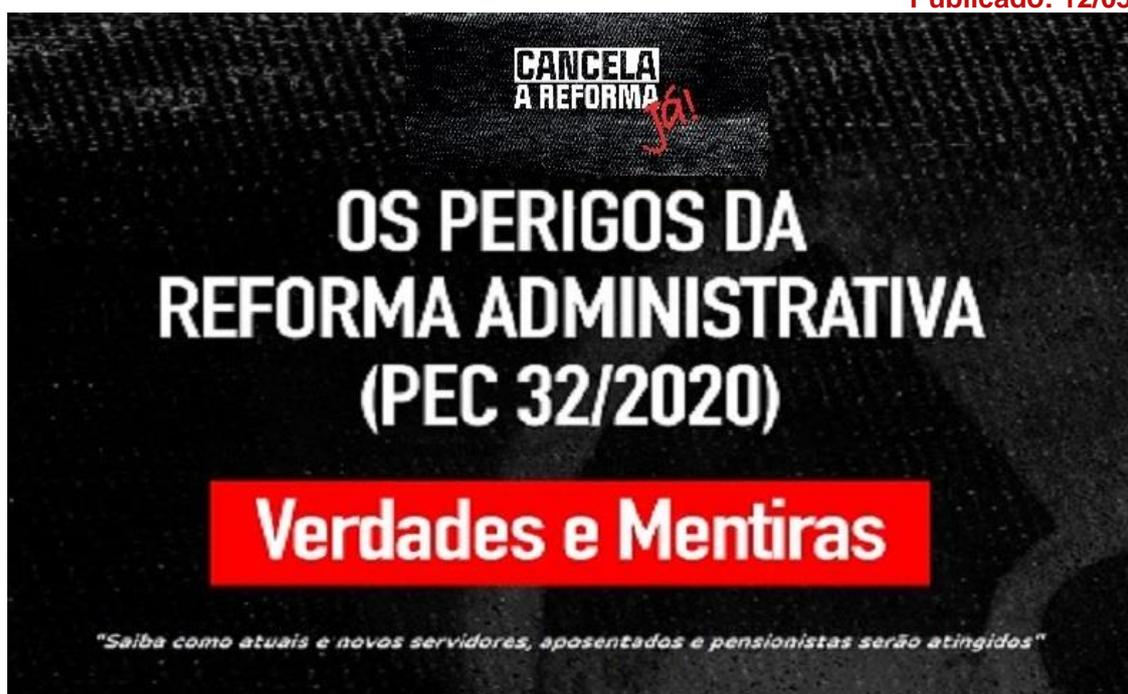
Segundo Guedes, sugestões do próprio parlamento para cortar 25% de salários (e jornadas) de servidores não foram aprovadas pelo presidente Jair Bolsonaro. “E não é preciso. O que é preciso é controlar a trajetória futura dos gastos. Dar meritocracia. Daqui para frente, os salários (dos servidores) serão compatíveis com a realidade. E boas avaliações podem dar salários melhores. “Os recursos do Estado têm que ser para a atividade. Como vamos investir, se a máquina engole tudo? O Estado tem que servir à população, e não a si mesmo”, concluiu.

Fonte: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/05/4923850-reforma-administrativa-alguns-tem-20-carros-diz-guedes-sobre-servidores.html>

Informação 08 – Cartilha detalha verdades e mentiras contidas na reforma Administrativa

O material detalha como os atuais e novos servidores, aposentados e pensionistas serão atingidos pela mudança nos direitos desses trabalhadores, e como ela vai afetar diretamente os serviços prestados aos cidadãos

Publicado: 12/05/2021



Condsef/Fenadsef

Quais as verdades e mentiras contidas na Reforma Administrativa (PEC/32) que a equipe econômica do governo Jair Bolsonaro não quer que a sociedade saiba? Pensando em responder sobre como a reforma vai afetar negativamente a vida de todos, a campanha "Cancela a Reforma" disponibilizou uma cartilha que detalha os retrocessos que a PEC 32/20 trará caso seja aprovada no Congresso Nacional.

Intitulada *“Os perigos da Reforma Administrativa (PEC 32/20): verdades e mentiras”*, o material detalha como os atuais e novos servidores, aposentados e pensionistas serão atingidos pela mudança nos direitos desses trabalhadores, e como ela vai afetar diretamente os serviços prestados aos cidadãos.

O secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, explica que um dos principais pontos a serem esclarecidos é que, diferente do que é veiculado na mídia, o governo mente ao afirmar que “a reforma é necessária para fazer o Brasil voltar a crescer e que ela vai corrigir injustiças”.

A cartilha mostra que a principal verdade que deve ser posta a todos é que “a proposta representa a desorganização do serviço público, tirando do Estado atribuições fundamentais no atendimento à população e abrindo espaço a privatizações de áreas essenciais, entrega da saúde e da educação para Organizações Sociais, fim dos concursos públicos para grande parte dos cargos, apadrinhamento no preenchimento das vagas e quebra da estabilidade facilitando a perseguição política e a pressão das chefias para cumprimento de ordens indevidas ou ilegais”.

Subsidiariedade: setor privado manda

Outro ponto crucial é que ela vai afetar até mesmo a saúde e a educação das crianças, uma vez que serviços públicos como Saúde e Educação deixarão de ser obrigação do Estado e direito da população. “A PEC 32/2020, de Bolsonaro e Guedes, introduz entre os princípios da administração direta e indireta descritos no Art. 37 da Constituição Federal o da subsidiariedade. Ou seja, o Estado passa a ser complementar ao que o setor privado não pode ou não quer atender”, explica a cartilha.

Servidores públicos dos estados e municípios devem se juntar a luta contra a aprovação da reforma, uma vez que ela “se aplica a todo o serviço público do país: à “administração pública direta e indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 37 da PEC 32/2020)”.

Todos os servidores serão atingidos. O Brasil possui cerca de 10,7 milhões de servidores públicos civis ativos e sua maior parte é constituída de servidores municipais, quase 6 milhões (62,4%), seguida de 3 milhões de servidores estaduais (30,8%), de acordo com dados do IBGE de 2016.

A proposta vai afetar todos os brasileiros, e não apenas os servidores públicos, como o governo defende.

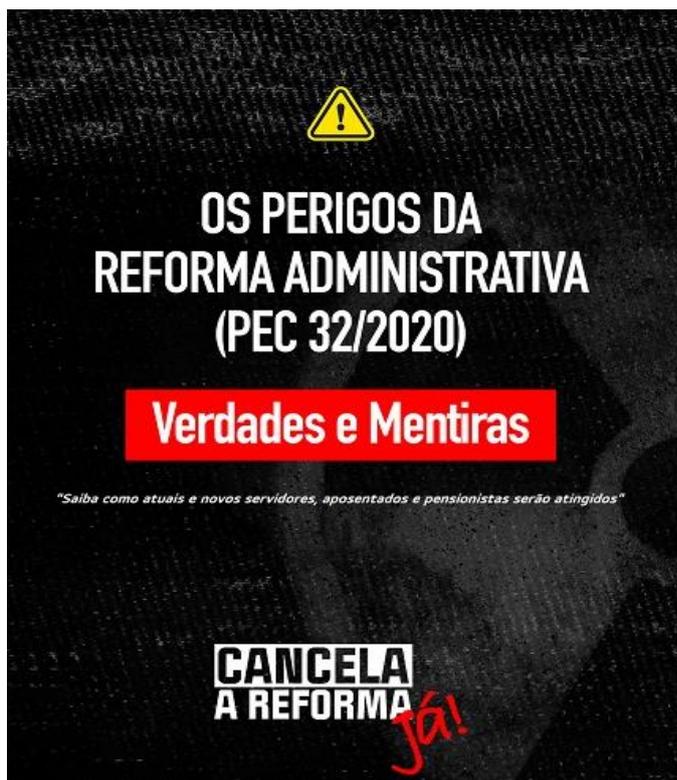
Quais os impactos na Magistratura e Militares?

Enquanto o ministro da Economia Paulo Guedes persegue os trabalhadores que atuam na ponta do serviço público, como professores e enfermeiros, ele poupa os profissionais da magistratura. Ou seja, juizes, procuradores e promotores, cujas “vantagens” são mais recorrentes,

maiores e servem para assegurar pagamentos acima do teto do funcionalismo não estão contidos na reforma.

Guedes também deixou os militares de fora da reforma. Enquanto determina várias vedações e perdas de direitos para o pessoal civil, a reforma amplia, por exemplo, a possibilidade de acumulação de cargos civis por militares (aí incluídos policiais militares e bombeiros militares), notadamente no magistério. Esse não é o primeiro agrado feito pelo governo Bolsonaro aos militares. Eles também foram poupados na reforma da Previdência.

Acesse e leia a cartilha completa:



**ACESSE NOSSA
CARTILHA**

*Fique por dentro dos
perigos da reforma
Administrativa
PEC 32/20*

*A Reforma Administrativa
faz mal ao Brasil*

*Nos siga nas redes:
@cancelaareforma*

>>Os perigos da reforma Administrativa: verdades e mentiras

Fonte: <https://www.condsef.org.br/noticias/cartilha-detalha-verdades-mentiras-contidas-reforma-administrativa>

3 – Situação atual que se encontra

SITUAÇÃO

Aguardando votação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)



REGIME DE TRAMITAÇÃO

Especial (Art. 202 c/c 191, I, RICD)

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

QUEM VIU ESTA PROPOSTA VIU TAMBÉM

- MSC-463/2017
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.
- PDC-936/2018
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.

DISCURSOS EM PLENÁRIO

- 04/05/2021
Darci De Matos (PSD-SC)
- 29/04/2021
Erika Kokay (PT-DF)
- 29/04/2021
Ricardo Barros (PP-PR)
- 29/04/2021
Professor Israel Batista (PV-DF)

Segue abaixo o link do relatório completo:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2009387

Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>

4 – Tramitação detalhada

11/05/2021

Andamento:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

- Reunião Extraordinária de Audiência Pública convocada para discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa, com a presença do o Excelentíssimo Ministro de Estado da Economia, SR. PAULO GUEDES, em virtude de aprovação dos seguintes Requerimentos: Requerimento nº 24/2021 (Dep. Rui Falcão), Requerimento nº 26/2021 (Dep. Darci de Matos) e Requerimento nº 38/2021 (Dep. Gilson Marques).
- Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Darci de Matos (PSD/SC). [Inteiro teor](#)
- Parecer do Relator, Dep. Darci de Matos (PSD-SC), pela admissibilidade, com emendas supressivas saneadoras. [Inteiro teor](#)

- Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>

5 – Enquete da PEC 32

The screenshot shows the website for PEC 32/2020. The main heading is "Proposta de Emenda à Constituição PEC 32/2020". There is a green "OPINE" button. Below the heading, there are links for "Texto original" and "Siga esta proposta". The "EMENTA" section states: "Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa." The "ENTENDA A PROPOSTA" section explains that the proposal changes devices for servers and public employees and modifies the organization of public administration. The "AUTOR" is listed as "Poder Executivo". The "SITUAÇÃO" is "Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de". On the right side, there is a notification box asking if the user prefers this version, a section for "SUA OPINIÃO SOBRE ESTA PROPOSTA" with a "Vote na enquete" button, and a section for "QUEM VIU ESTA PROPOSTA" with the text "VUU TAMBRÉM". The browser's address bar shows "camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083".

VOTE NA ENQUETE – COMO ACESSAR:

<https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083>

The screenshot shows a voting interface with a red banner at the top that reads "Você já votou no site da Câmara contra a Reforma Administrativa PEC 32?". Below the banner, there is a link "Veja a tramitação". The main question is "QUAL SUA OPINIÃO SOBRE A PEC 32/2020?". There are five blue buttons for voting: "Concordo totalmente", "Concordo na maior parte", "Estou indeciso", "Discordo na maior parte", and "Discordo totalmente". Below these buttons is a grey "VOTAR" button. At the bottom, there is a graphic that says "CANCELA A REFORMA Já!" with a hand cursor pointing towards the "Discordo totalmente" button.

6 – Enquete da PEC 32 (Resultado atualizado)

Dia da consulta à enquete: 13 de maio



FONTE: <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083/resultado>

7 – Acesso às reuniões ocorridas na CCJ

REUNIÕES ANTERIORES

É possível consultar vídeos, áudios, íntegras em texto e resultados das reuniões.

ACESSE: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccjc>

AGENDA

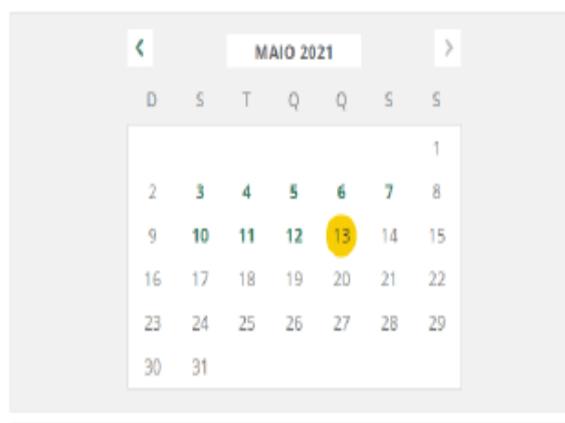
HOJE quinta-feira, 13 de maio

09h00	Discussão e Votação de Propostas Reunião Deliberativa Anexo II, Plenário 01	convocada
-------	--	-----------

Agenda completa –

REUNIÕES ANTERIORES

Consulte vídeos, áudios, íntegras em texto e resultados das reuniões.



8 – Agenda do dia de hoje

Tema:

Discussão e Votação de Propostas

Local:

Anexo II, Plenário 01

Início:

13/05/2021 às 09h00

Situação:

Convocada

PROPOSTAS PREVISTAS - 1